

Os que aparentam ter poder

Servos de Deus e a meretriz Babilônia: poder secular no Novo Testamento*

Reinhard Feldmeier

Resumo: Este artigo enfoca *Os que aparentam ter poder* a partir da perspectiva neotestamentária, contrapondo o texto de Rm 13 ao de Ap 17-18. Ele fundamenta as perspectivas contrastantes em ambos os textos a partir dos contextos e experiências distintas feitas por pessoas cristãs com o poder secular. Avalia, contudo, que os contrastes entre textos não podem ser explicados somente a partir destas experiências distintas. Isso o leva a refletir o conceito “poder” no Novo Testamento.

Resumen: Este artículo enfoca *Los que aparentan tener poder* a partir de la perspectiva neotestamentaria, contraponiendo el texto de Rm 13 al de Ap 17-18. El fundamenta las perspectivas contrastantes en ambos textos a partir de los contextos y distintas experiencias hechas por personas cristianas con el poder secular. Evalúa, sin embargo, que los contrastes entre textos no pueden ser explicados solamente a partir de estas experiencias distintas. Eso lo lleva a reflexionar sobre el concepto “poder” en el Nuevo Testamento.

Abstract: This article focuses on *Those who seem to have power* based on the New Testament perspective, contrasting the text of Rom. 13 with that of Rev. 17-18. He bases the contrasting perspectives in both texts on the distinct contexts and experiences Christian people holding secular power have had. However, he evaluates that the contrasts between these texts cannot be explained based solely on these distinct experiences. This leads him to reflect on the concept of “power” in the New Testament.

* Publicação original: Die zu herrschen scheinen: Gottes Diener und Hure Babylon: weltliche Macht im Neuen Testament. *zeitzeichen*, n. 9, p. 26-30, 2005 (que concedeu gentilmente a *Estudos Teológicos* o direito de sua reprodução; texto ligeiramente adaptado). Tradução de Ilson Kayser.

As duas metáforas “servos de Deus” e “meretriz Babilônia” marcam a extensão das possibilidades de entender-se o poder secular no Novo Testamento. Para o apóstolo Paulo, os detentores do poder secular são instituídos por Deus para manter a ordem do direito, e para esse fim carregam, como “servos de Deus”, também a “espada”, ou seja, fazem uso legítimo da força (Rm 13.1-7). Esse texto foi e é considerado como a passagem decisiva para o reconhecimento do poder estatal por parte dos cristãos no Novo Testamento.

No entanto, existem ali ainda outras vozes. A posição oposta extrema a Romanos 13 encontra-se no Apocalipse de João. O visionário João não consegue mais ver no poder secular (do Estado romano) qualquer ordem divina; para ele, o Império Romano é apenas ainda “a grande Babilônia, a mãe de todas as meretrizes e abominações da terra”, montada numa besta e “está embriagada do sangue dos santos” (Ap 17.3-6). Para o vidente, poder secular – político bem como econômico (Ap 18.11-20) – é apenas ainda sinônimo para violência e opressão, razão pela qual a ordem nele baseada tem que, por sua vez, ser destruída com violência. O servo de Deus transformou-se em servente do diabo.

Um julgamento tão contrastante tem a ver com diferentes experiências com o poder secular. Nos primórdios do cristianismo, uma pessoa como Paulo ainda experimentou o poder estatal preponderantemente como fator de ordem positivo: de acordo com o testemunho de Atos dos Apóstolos, ele inclusive o protegeu várias vezes contra excessos do povo (At 18.12-15; 19.31-40; 21.31-34). Por outro lado, no tempo do vidente João, nem bem meio século depois, o cristianismo já está tão estigmatizado – até mesmo criminalizado – como prejudicial à sociedade que, em casos de conflito, o poder estatal sempre se posiciona contra os cristãos, não recuando nem mesmo diante de execuções. O pavor dessa mudança condensou-se para o apocalíptico naquela imagem dramática da meretriz Babilônia que, montada na besta, “está embriagada do sangue dos santos e do sangue das testemunhas de Jesus” (Ap 17.6; 2.13; 6.9s).

É preciso levar em consideração esses contextos históricos distintos se quisermos julgar esses juízos contrastantes com vistas ao poder secular: poder secular pode tanto ser benéfico quanto hostil, e de acordo com isso ele é interpretado. Todavia, não se faria jus ao testemunho neotestamentário se compreendêssemos os juízos contrários meramente como reflexos das respectivas experiências com o poder secular. A questão é mais complexa. Também um apóstolo Paulo, que redigiu sua Epístola aos Romanos na época de Nero (e que sob esse mesmo imperador também sofreu o martírio),

de modo algum era ingênuo frente à essência e à atuação do poder secular. Não por último, o assassinato jurídico que levou à crucificação de Jesus lhe serve de comprovante para a tendência de abuso do poder inerente a todo poder secular – não raras vezes mortal. Foram os “dominadores deste século, que passam”, diz ele, por exemplo, em 1Co 2.6-8, que, cegos para a sabedoria de Deus, “crucificaram o Senhor da glória”. Não obstante, Paulo exorta os cristãos a reconhecerem o poder secular – uma exigência que ainda é repetida por outros autores da cristandade primitiva, até mesmo quando a relação de cristãos e sociedade já havia há tempo se deteriorado no sentido acima descrito. Referente a isso, remetemos apenas a 1Pe 2.13-17; Tt 3.1 ou 1Clemente 60.4 – 61.2 (obra da fase tardia), todos escritos redigidos aproximadamente ao mesmo tempo que o Apocalipse de João. Apesar do sofrimento provocado pelo poder secular, eles exigem seu reconhecimento, visto que nele sempre ainda se podia ver uma instituição divina e, em correspondência a isso, fundamentar a subordinação ao mesmo com a vontade de Deus. Também a crítica ao poder, contudo, faz parte da tradição neotestamentária desde o início. Em Mc 10.42-45 Jesus delineia sua própria atuação, contrastando-a com o poder terreno, ao qual vê determinado por abuso de autoridade e opressão.

No centro da atuação de Jesus encontra-se a questão do poder

O “rei manso” de Mateus 21.5 é para o evangelista o consciente contraste com um déspota como Herodes, o qual, para garantir seu poder, não recua nem diante do infanticídio (Mt 2.16-18). Até mesmo Lucas, que dedica seu Evangelho à “Sua Excelência, Teófilo” e que está empenhado pela inculturação do cristianismo nas camadas superiores do mundo romano-helenista, caracteriza o Deus revelado em Jesus Cristo como o que deruba do trono os poderosos (Lc 1.52). Inversamente permite que o diabo, por ocasião da tentação de Jesus, ao lhe oferecer a subordinação de todos os reinos deste mundo, explique sua iniciativa através do notável princípio: “Pois a mim foi entregue [esse poder sobre todos os reinos deste mundo] e eu o dou a quem eu quero” (Lc 4.6).

Tendência ao abuso

Poder é, portanto, uma instituição divina e concedido por Deus – isso é confirmado até mesmo ainda em relação ao poder de um Pilatos (Jo 19.11). Como tal, ele é bom em sua essência: ele mantém a ordem por meio do

cerceamento do mal e a proteção das pessoas de bem (Rm 13.3s; 1Pe 3.14). Mas também a posição oposta, segundo a qual o poder secular procede da mão do diabo, encontra-se amplamente difundida no Novo Testamento. De acordo com o caráter narrativo e contextual da maioria dos escritos neotestamentários, essas diferentes perspectivas não são colocadas em uma relação sistemática. No centro da atividade de Jesus encontra-se o senhorio de Deus – e, portanto, a questão do poder. Pois esse senhorio se impõe contra outros poderes, contra enfermidade e morte, mas também contra a opressão. Referente a essa última, Jesus mostra com palavras e atos simbólicos provocantes que ele é o “senhor” dos seus em sentido diferente do que outros senhores que escravizam os povos e que ainda se deixam chamar de benfeitores (Lc 22.25). Um ato simbólico como o lava-pés mostra que ele é senhor dos seus justamente como servo e que espera um comportamento correspondente também deles entre si: “Quem é maior – o que está sentado à mesa ou aquele que serve? Acaso não é o que está sentado à mesa? Eu, porém, sou um servo entre vós” (Lc 22.27). No contexto do mundo antigo, no qual a diferenciação entre livre e escravo ainda tinha importância existencial bem maior do que as diferenças sociais entre nós, isso significa uma inversão altamente provocativa do pensamento nas categorias de superioridade e submissão. Jesus delineia do modo mais marcante sua compreensão de poder na confrontação com as fantasias de poder mais do que humanas de seus discípulos em Mc 10.42-45. Já antes, em Marcos 9.35, Jesus tinha deixado claro: “Se alguém dentre vós quiser ser o primeiro, então deverá ser o último de todos e servo de todos”. No entanto, o desejo de superioridade está profundamente arraigado. Depois do terceiro anúncio de sua paixão, dois dos discípulos de Jesus, os filhos de Zebedeu, Tiago e João, vêm a ele e lhe pedem para poder, um dia, sentar-se à sua direita e à sua esquerda, o que não significava nada menos do que ter parte no governo divino do mundo. Jesus rejeita o pedido e se posiciona de forma fundamental em relação à intenção que se encontra por trás do mesmo: “Sabeis que aqueles que aparentemente governam, subjuguem seus povos, e que seus maiores abusam de sua autoridade sobre eles. Mas entre vós não é assim! Pelo contrário, quem quiser tornar-se grande entre vós, será esse o que vos sirva; e quem quiser ser o primeiro entre vós será escravo de todos. Pois também o Filho do Homem não veio para ser servido, e sim, para servir e dar sua vida em resgate por muitos” (Mc 10.35-45).

A designação dos detentores seculares do poder como “aqueles que aparentemente governam” já mostra por si só que Jesus faz distinções no conceito de poder. O modo do governo secular é caracterizado mais exatamente por dois participios como “ser senhor” e “exercer poder por ofício”.

Todavia, os dois termos gregos recebem a preposição *katá* como prefixo, que aqui significa “contra” no sentido hostil. Com isso fica claro o que se encontra atrás do desejo de poder: trata-se da imposição das próprias necessidades em detrimento das necessidades de outros e, em casos extremos, inclusive contra seu direito à vida. “Mas entre vós não é assim!” – com isso Jesus coloca como fato que, em relação à questão do poder, a concepção de seus discípulos é de outra ordem. No grego essa negação é expressa de forma bem mais marcante do que no alemão, pelo emprego da negação objetiva. Não se trata, portanto, de uma exortação: “Entre vós, porém, não seja assim”, como traduzem erroneamente algumas versões em português; trata-se, antes, de uma afirmação, tal como a tradução de Lutero a reproduz corretamente.

O posicionamento diferente em relação ao poder não é colocado por Jesus como algo desejável. Aqui Jesus diz de modo insofismável: quem perence a ele, é diferente. O que segue expõe então no que consiste esse modo diferente de se posicionar: “Pelo contrário, quem quiser tornar-se grande entre vós, será esse o que vos sirva; e quem quiser ser o primeiro entre vós será escravo de todos”. Também nesta “sociedade de contraste orientada no serviço de Jesus” (Rudolf Pesch) trata-se de uma forma de domínio. Jesus não prega o ideal de uma sociedade sem governo, e sim, fala do grande e do primeiro. Mas acontece que essa hierarquia está fundamentada inversamente: não está em cima o que mais torna os outros dependente dele e exerce poder sobre eles, e sim, aquele (e aqueles) que estão aí para os outros e que, desse modo, realizam algo do poder de Deus. As instruções de Jesus recebem sua fundamentação última pela referência à própria pessoa que fala. Com a expressão “o Filho do Homem veio”, Jesus toma em consideração toda a sua vida, incluindo seu morrer, e os interpreta como “serviço”. Toda a sua vinda, sua atuação, suas palavras e feitos visam beneficiar o outro. No tratado judaico-primitivo *Pesachim* 50a, na Mishnah, fala-se do filho do rabino José, que jazia enfermo em fantasias febris: “Quando retornou a si, disse seu pai: que viste? Ele respondeu: vi um mundo invertido, os superiores embaixo e os inferiores em cima. Ele lhe disse: meu filho, viste um mundo verdadeiro.” É este “mundo verdadeiro” do reino de Deus que Jesus anunciou em palavras e ações. Isso ainda não se realizou; conquista de poder e ganho de poder continuam funcionando neste mundo, como também o sabe o Novo Testamento, assim que o superior ferra o inferior. Isso, porém, não é um “mundo verdadeiro” – este é corporificado por Jesus Cristo como representante do poder servidor de Deus. Esse serviço abre novas possibilidades de vida e é o critério da Bíblia para a legitimidade de poder e exercício de poder, também com vistas a um poder secular que, para garan-

tir-se, faz uso do monopólio do poder. Onde esse poder vem em benefício de uma ordem de direito protetora da vida, o poder secular não deixa de ser, apesar de toda a falibilidade, servo de Deus. A crítica ao Estado, hoje tão popular, não pode reportar-se, sem mais nem menos, ao Novo Testamento. Afinal, um texto como Rm 13.1-7 foi escrito sob o governo de Nero, ainda que na melhor metade de seu governo. Por outro lado, porém, vale: onde poder político e econômico são usados somente para impor interesses particulares dos que detêm esse poder, aí o poder secular se tornou servente do mal. Nesse caso ele não mais pode ser legitimado com textos como Rm 13.